



CÂMARA MUNICIPAL DE MARINGÁ  
Avenida Papa João XXIII, 239 - CEP 87010-260 - Maringá - PR - <https://www.cmm.pr.gov.br>

## **PROJETO DE LEI Nº 17676/2025**

**A Câmara Municipal de Maringá, Estado do Paraná,**

**APROVA:**

**Dispõe sobre a obrigatoriedade da presença de intérprete de Libras em eventos públicos e culturais realizados no Município de Maringá.**

**Art. 1.º** Fica obrigatória a disponibilização de intérprete de Libras (Língua Brasileira de Sinais) em todos os eventos públicos e culturais promovidos ou apoiados, total ou parcialmente, pelo Poder Público Municipal.

**Art. 2.º** Para os fins desta Lei, consideram-se eventos públicos e culturais:

- I - solenidades oficiais, audiências públicas, sessões legislativas abertas ao público;
- II - festivais, *shows*, exposições, feiras, peças teatrais e demais manifestações culturais;
- III - eventos educativos, palestras, seminários e oficinas abertas à comunidade.

**Art. 3.º** A contratação dos intérpretes será de responsabilidade do órgão público organizador ou, nos casos de apoio institucional ou financeiro, do produtor cultural beneficiado por recursos públicos municipais.

**Art. 4.º** O Poder Executivo poderá firmar convênios, termos de cooperação ou parcerias com instituições de ensino, associações de intérpretes e entidades representativas da comunidade surda, com vistas a viabilizar o cumprimento desta Lei e ampliar a formação de profissionais habilitados.

**Art. 5.º** A presença de intérprete de Libras nos eventos de que trata esta Lei será gratuita para os usuários, sendo vedada qualquer forma de cobrança direta ou indireta ao público participante.

**Art. 6.º** O Poder Público deverá dar prioridade à contratação de intérpretes de Libras devidamente credenciados junto às entidades de classe ou às instituições reconhecidas de formação profissional.

**Art. 7.º** Sempre que possível, deverá ser assegurada a utilização de outros recursos de acessibilidade comunicacional complementares, como legendagem em tempo real e materiais informativos acessíveis, de forma a ampliar a inclusão da comunidade surda.

**Art. 8.º** O descumprimento desta Lei poderá acarretar, conforme regulamentação:

- I - advertência formal;
- II - suspensão do apoio institucional ou financeiro;
- III - multa administrativa.

**Art. 9.º** O Poder Executivo regulamentará esta Lei, no que couber, definindo critérios técnicos e operacionais para sua efetiva execução.

**Art. 10.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**Plenário Vereador Ulisses Bruder, 20 de agosto de 2025.**

**ODAIR FOGUETEIRO**  
**Vereador-Autor**



Documento assinado eletronicamente por **Odair de Oliveira Lima, Vereador**, em 03/09/2025, às 10:08, conforme Lei Municipal 9.730/2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.cmm.pr.gov.br/verifica> informando o código verificador **0407584** e o código CRC **7500D160**.